



Quarta-feira, 20 de Agosto de 2025

I Série – N.º 157

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 935,00

## Ministérios da Saúde e da Educação

**Decreto Executivo Conjunto n.º 13/25 ..... 19126**

Determina que os Institutos Técnicos de Saúde que leccionam cursos sem ou com licenças caducadas estão proibidos de realizar matrículas a partir do Ano Lectivo 2025/2026, e ficam descontinuados os Cursos Técnicos Profissionais de Enfermagem e Análises Clínicas em todos os Institutos Técnicos de Saúde Públicos, Público-Privados e Privados, nas Províncias do Bengo, Benguela, Cuanza Sul, Huambo, Huíla, Icolo e Bengo, Luanda, Malanje, Namibe e Uíge, por um período de 5 anos.

## Ministério do Interior

**Decreto Executivo n.º 679/25 ..... 19128**

Aprova o Regulamento do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

**Decreto Executivo n.º 680/25 ..... 19138**

Aprova o Regulamento Orgânico do Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

S U M Á R I O

# MINISTÉRIO DO INTERIOR

## Decreto Executivo n.º 680/25 de 20 de Agosto

Atendendo à necessidade de se conformar a actividade das Direcções e Departamentos Centrais às normas jurídicas constantes do Regulamento Orgânico do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 185/17, de 11 de Agosto;

Convindo dotar as Direcções e Departamentos Centrais de um diploma legal ajustado ao seu estágio de desenvolvimento até aqui alcançado pela corporação, tendo em conta a actual situação política, económica e social do País;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, o Ministro do Interior decreta o seguinte:

### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico do Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

### ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

### ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Julho de 2025.

O Ministro, *Manuel Gomes da Conceição Homem*.

# REGULAMENTO ORGÂNICO DO DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º

##### (Objecto)

O presente Regulamento estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento do Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

#### ARTIGO 2.º

##### (Natureza)

O Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos, abreviadamente designada por «DIE», é o órgão de apoio técnico ao qual compete elaborar, fiscalizar, coordenar, conceber, construir, restaurar e fazer a gestão dos equipamentos e dos projecto de obras do SPCB.

#### ARTIGO 3.º

##### (Atribuições)

O DIE tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar, fiscalizar e coordenar todos os projectos de construção necessária ao SPCB;
- b) Proceder ao estudo, selecções, aquisição de marca dos equipamentos, veículos e meios que se adaptem às múltiplas missões e tarefas operacionais, administrativas, acomedidas ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros;
- c) Proceder à distribuição, redistribuição e assegurar a exploração dos equipamentos e dos meios técnicos de transportes;
- d) Coordenar e assegurar a qualidade de todas as actividades relativamente a projectos de obras públicas de grande complexidade técnica e de imposto social, cultural e ambiental no País;
- e) Definir os projectos a serem submetidos ao Conselho Consultivo Alargado do SPCB;
- f) Emitir pareceres sobre os projectos de obras do SPCB de elevado impacto social, económico e cultural quando este não for da autoria do Departamento e submeter ao titular do SPCB;
- g) Elaborar contratos no domínio das infra-estruturas e equipamentos coadjuvado pelo Departamento de Contratação Pública;
- h) Garantir a assistência técnica dos equipamentos e gestão dos moto-recursos, e o controlo de sua adequada utilização;
- i) Acompanhar e controlar a execução dos investimentos da responsabilidade do SPCB;
- j) Cuidar da manutenção das infra-estruturas e dos equipamentos, bem como elaborar a metodologia para a sua eficiência;

- k) Participar na preparação do lançamento dos concursos públicos sobre as empreitadas de infra-estruturas pertencentes ao SPCB;
- l) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

## CAPÍTULO II

### **Organização em Geral**

#### ARTIGO 4.º

#### **(Estrutura orgânica)**

O DIE tem a seguinte estrutura orgânica:

1. Órgão de Chefia:

Chefe de Departamento.

2. Órgão de Apoio Técnico:

Secção Administrativa.

3. Órgãos Executivos:

a) Brigada de Obras;

b) Secção de Elaboração de Projectos e Fiscalização;

c) Secção de Equipamentos.

4. Órgãos Locais:

Departamentos Provinciais de Infra-Estruturas e Equipamentos.

## CAPÍTULO III

### **Organização em Especial**

#### SECÇÃO I

#### **Órgão de Chefia**

#### ARTIGO 5.º

#### **(Chefe de Departamento)**

1. O DIE é chefiado por um Chefe de Departamento Nacional a quem compete:

a) Dirigir, coordenar e controlar as actividades do Departamento;

b) Propor a mobilidade, nomeação e a exoneração dos titulares de cargos de chefia, bem como o pessoal de base;

c) Exercer o poder disciplinar sob o pessoal colocado a seu cargo;

d) Exercer as demais competências estabelecidas por leis ou determinadas superiormente.

2. O Chefe de Departamento é substituído por um dos Chefes de Secção nas suas ausências ou impedimentos.

#### SECÇÃO II

#### **Órgão de Apoio Técnico**

#### ARTIGO 6.º

#### **(Secção Administrativa)**

1. A Secção Administrativa tem as seguintes atribuições:

a) Proceder à recepção, à expedição e ao arquivamento dos documentos;

- b) Garantir o controlo dos materiais de consumo corrente;
- c) Assegurar a manutenção, conservação e controlo do património;
- d) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas referentes à gestão de matérias classificadas;
- e) Elaborar os planos e relatórios mensais, trimestrais e anuais a serem remetidos à Direcção de Estudos, Informação e Análise;
- f) Proceder à manutenção periódica dos arquivos, contendo documentos classificados e avaliação da conveniência ou necessidade de os reclassificar ou desclassificar, tendo em conta os procedimentos normativos estabelecidos para o efeito;
- g) Assegurar a inventariação periódica de todos documentos classificados;
- h) Proceder à gestão dos recursos humanos;
- i) Organizar o processo individual do pessoal do Departamento;
- j) Proceder ao controlo da efectividade e actualizar os dados estatísticos do pessoal;
- k) Organizar os processos de propostas de promoção, nomeação e exoneração dos efectivos, bem como a atribuição de louvores e medalhas de mérito por actos reconhecida bravura em prol das missões de Bombeiros e de Protecção Civil;
- l) Organizar os processos de formação e superação técnico-profissional;
- m) Garantir a fluidez no tratamento das reclamações e processamentos de salários do efectivo do Departamento, bem como os direitos e benefícios sociais;
- n) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção Administrativa é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

### SECÇÃO III Órgãos Executivos

#### ARTIGO 7.º (Brigada de Obras)

1. A Brigada de Obras tem as seguintes atribuições:

- a) Executar as actividades práticas no domínio das obras de construções do SPCB;
- b) Proceder à vistoria, visando a recepção provisória das empreitadas sempre que necessário;
- c) Realizar trabalhos técnicos de manutenção preventiva/correctiva e reformas relativas a obras ligados ao SPCB;
- d) Executar serviços auxiliares de preparação para o restauro e conservação das edificações pertencente ao SPCB;
- e) Executar obras de construção, reabilitação e restauro de pequenos portes;
- f) Proceder à avaliação técnica dos imóveis do SPCB, sempre que necessário ao orientado superiormente;
- g) Apresentar planos de formação de técnicos na especialidade de construção civil;
- h) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.



2. A Brigada de Obras é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

#### ARTIGO 8.º

##### **(Secção de Elaboração de Projectos e Fiscalização)**

1. A Secção de Elaboração de Projectos e Fiscalização tem as seguintes atribuições:

- a) Conceber e elaborar estudos e projectos de arquitectura e engenharia;
- b) Coordenar, analisar e emitir pareceres sobre os projectos de obras pertencente ao SPCB de elevado impacto social, económico, ambiental e cultural, sempre que a autoria for de um órgão ministerial;
- c) Coordenar ou executar estudos topográficos dos terrenos onde deverá ser projectado as edificações;
- d) Manter actualizados o acervo de documentação correspondente aos projectos, facilitando a sua divulgação e acesso às demais entidades do SPCB;
- e) Elaborar cadernos de encargos dos estudos aprovados;
- f) Participar na preparação do lançamento dos concursos públicos sobre as empreitadas do SPCB/MININT, sempre que autorizado superiormente;
- g) Controlar e fiscalizar a execução de obras de construção, restauro e reabilitação de Infra-estruturas do SPCB;
- h) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção de Elaboração de Projectos e Fiscalização é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

#### ARTIGO 9.º

##### **(Secção de Equipamentos)**

1. A Secção de Equipamentos tem as seguintes atribuições:

- a) Coordenar, estudos, selecção e aquisição de marca dos equipamentos de construção e de uso doméstico;
- b) Coordenar, distribuição, redistribuição e assegurar a exploração dos equipamentos e dos meios técnicos de construção e uso doméstico;
- c) Elaborar normas que contribuam para a prevenção de acidentes e segurança de higiene no trabalho;
- d) Controlar a existência e o estado técnico dos equipamentos que garantem o bom uso das edificações;
- e) Coordenar e garantir a aquisição do combustível e lubrificantes para os geradores de apoio às edificações;
- f) Controlar a existência e o estado técnico dos equipamentos;
- g) Elaborar contratos no domínio dos equipamentos coadjuvado pelo Departamento de Contratação Pública;
- h) Supervisionar e controlar o *stock* de material de consumo, providenciado a sua aquisição e execução;
- i) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção de Equipamentos é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

#### SECÇÃO IV Órgãos Locais

##### ARTIGO 10.º

##### **(Departamentos Provinciais de Infra-Estruturas e Equipamentos)**

1. Nos Comandos Provinciais do SPCB, funcionam Departamentos Provinciais de Infra-Estruturas e Equipamentos, cuja organização e funcionamento é a que consta do Regulamento dos Comandos Provinciais.

2. Os Departamentos Provinciais de Infra-Estruturas e Equipamentos têm, a nível de cada província, as atribuições que, genericamente, são acometidas ao DIE/SPCB.

#### CAPÍTULO IV Disposições Finais

##### ARTIGO 11.º

##### **(Quadro de pessoal e organigrama)**

O quadro de pessoal e o organigrama do Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos são os constantes dos Quadros I e II, anexos ao presente Regulamento do qual são parte integrante.

## ANEXO I

A que se refere o artigo 11.º do presente Diploma e que dele é parte integrante

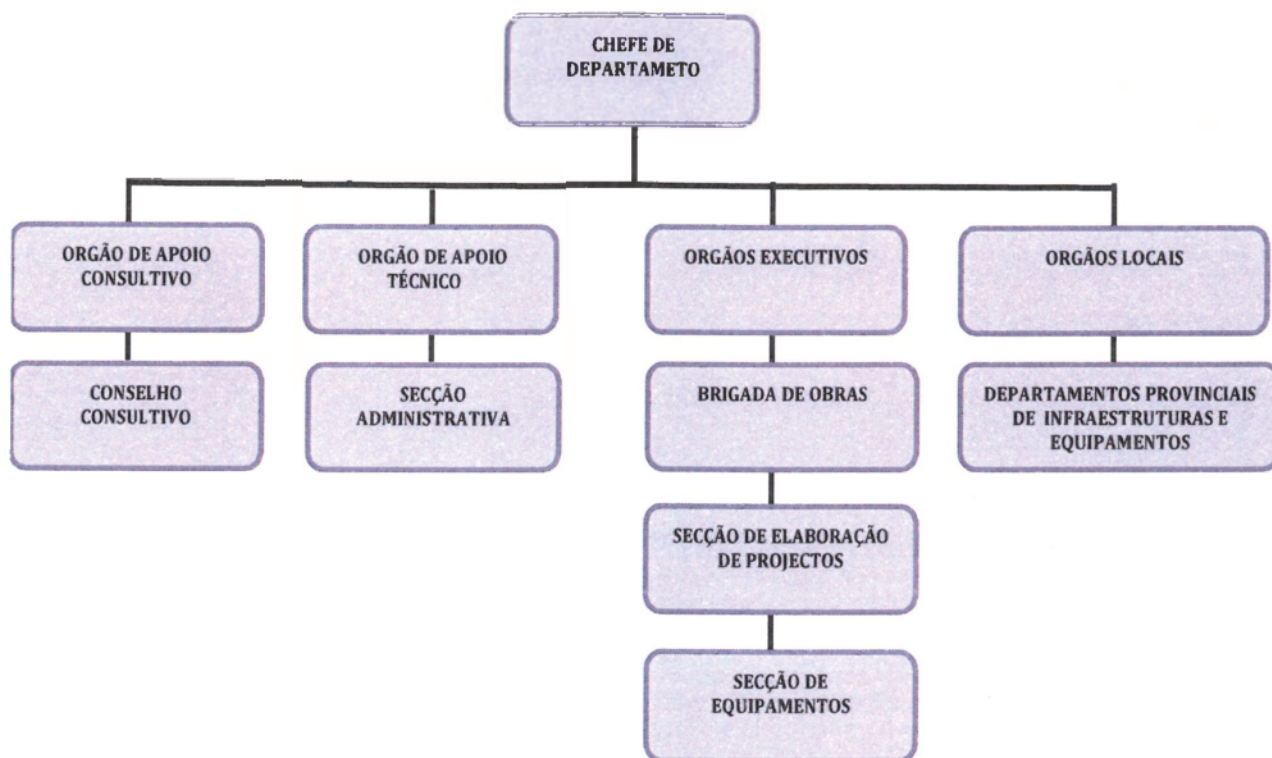
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria / Cargo	Índice Salarial	Nº de Lugares
Oficial Superior	Superior	Chefe de Departamento	200	1
		Chefe de Secção	140	4
		Superintendente Bombeiro Chefe	2579	1
		Superintendente Bombeiro	2288	2
		Intendente Bombeiro	2052	4
Oficial Subalterno	Superior	Inspector Bombeiro Chefe	1896	8
		Inspector Bombeiro	1812	10
		Subinspector Bombeiro	1625	15
SuB-Chefe	Média	1º Subchefe Bombeiro	1445	20
		2º Subchefe Bombeiro	1264	25
		3º Subchefe Bombeiro	1174	30
Agente	Média	Agente Bombeiro de 1º Classe	846	40
		Agente Bombeiro de 2º Classe	783	45
		Agente Bombeiro de 3º Classe	719	57
Técnicos Superiores, Médios e Básicos	Técnica	Técnicos Superiores	420	4
		Técnicos Médios		4
		Auxiliares Administrativos		4
TOTALGERAL				274



## ANEXO II

A que se refere o artigo 11.º do presente Diploma e que dele é parte integrante

**ORGANOGRAMA**



O Ministro, *Manuel Gomes da Conceição Homem*.

(25-0283-Z-MIA)

**IMPrensa NACIONAL - E.P.**  
Rua Henrique de Carvalho n.º 2  
E-mail: [dr-online@impresnanacional.gov.ao](mailto:dr-online@impresnanacional.gov.ao)  
Caixa Postal n.º 1306



### INFORMAÇÃO

A Imprensa Nacional é hoje uma empresa pública, mas começou por ser inicialmente criada em 13 de Setembro de 1845, pelo então regime colonial português, na antiga colónia e depois província de Angola, tendo publicado, nesse mesmo ano, o primeiro Jornal oficial de legislação, intitulado *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*.

No dia 10 de Novembro de 1975, foi editado e distribuído o último *Boletim Oficial*, e no dia 11 de Novembro de 1975, foi publicado o primeiro *Diário da República Popular de Angola*.

Em 19 de Dezembro de 1978 foi criada a Unidade Económica Estatal, denominada Imprensa Nacional U.E.E., através do Decreto n.º 129/78 da Presidência da República, publicado no *Diário da República* n.º 298.

Mais tarde, aos 28 de Maio de 2004, a «Imprensa Nacional - U.E.E.» foi transformada em empresa pública sob a denominação de «Imprensa Nacional, E.P.» através do Decreto n.º 14/04, exarado pelo Conselho de Ministros. E, aos 22 de Dezembro de 2015, foi aprovado o Estatuto Orgânico da Imprensa Nacional, E.P. através do Decreto Presidencial n.º 221/15.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, [www.imprensa-nacional.gov.ao](http://www.imprensa-nacional.gov.ao) - End. teleg.: «Imprensa».

#### ASSINATURA

	Ano
As três séries .....	Kz: 1 535 542,99
A 1.ª série .....	Kz: 793 169,13
A 2.ª série .....	Kz: 413.899,61
A 3.ª série .....	Kz: 328.474,14

O prego de cada linha publicada nos *Diários da República* 1.ª e 2.ª série é de Kz: 145,5 e para a 3.ª série Kz: 184,3, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E.P.

O acesso ao acervo digital dos *Diários da República* é feito mediante subscrição à Plataforma [Jurisnet](http://Jurisnet).